

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 113.869 - PR (2019/0164172-9)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : MAURO LUIZ CAMILOTTI  
**ADVOGADOS** : PAULO ROBERTO CARDOSO MOREIRA DE OLIVEIRA -  
RS027026  
VILSON LUIZ COVATTI - RS018589  
VIVIANA COVATTI - RS097628  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por MAURO LUIZ CAMILOTTI contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que, nos autos da impetração originária (HC n.º 0016423-53.2019.8.16.0000), denegou a ordem.

Consta nos autos que o Recorrente foi preso preventivamente em 19/02/2019, pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 129, *caput*, 140, 147, 150, 163, parágrafo único, inciso I, e 180, *caput*, todos do Código Penal, e arts. 15 e 16, ambos da Lei n.º 10.826/2003, pois, "*no dia 01 de fevereiro 2019, o autuado, em tese, agrediu e injuriou a vítima Tereza Antunes Valenga, desferiu disparos de arma de fogo contra a janela de sua residência e após evadiu-se do local*" (fl. 97).

Neste recurso, a Defesa sustenta que, em razão do término da instrução processual, "[n]ão há como deixar de se cogitar do desaparecimento dos motivos iniciais da preventiva, bem como dos demais elementos constantes do feito eletrônico em que tramita a ação penal" (fl. 250).

Argumenta que "*o paciente está submetido à perda da liberdade há bastante tempo, sem que haja justificativa suficiente para a manutenção da custódia e havendo possibilidade clara, legalmente prevista e mais adequada, de substituição da restritiva de liberdade por uma cautelar diversa (319)*" (fl. 252).

Também alega negativa de prestação jurisdicional, pois o Juízo de primeiro grau não teria analisado um dos pedidos de revogação da prisão preventiva formulado pela Defesa.

Requer, inclusive liminarmente, a imediata soltura do Recorrente, com ou sem imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório.

Decido o pedido liminar.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Todavia, ao menos por ora, não se mostram presentes os pressupostos autorizadores da medida urgente requerida no caso em apreço.

O decreto prisional está assim fundamentado (fls. 201-202; grifos diversos do original):

*"Conforme termo de declarações juntados aos autos, na qual a vítima declarou nas dependências da Promotoria e na delegacia de Polícia dessa Comarca que o mesmo 'agrediu a declarante, desferindo diversos socos e chutes contra a mesma, sendo que a mesma estava caída no chão e Mauro continuou com as agressões e ainda dizia 'você chamou a polícia vagabunda...' eu vou te matar [...] (mov. 1.6)'.  
A periculosidade do agente está evidenciada pelo modus operandi eleito para o cometimento dos crimes, pois o autuado prevalecendo-se das condições de vulnerabilidade da vítima adentrou em sua residência para lhe agredir. [...]*

*Como se não bastasse, a prática dos delitos mencionados, o autuado é reincidente (0000119-09.2009.8.16.0071), conforme bem ponderou o representante do Ministério Público."*

Como se percebe, a decretação da prisão preventiva do Recorrente não se mostra, em princípio, desarrazoada ou ilegal, tendo sido amparada na **gravidade concreta da conduta** – o Acusado, após invadir a casa de sua vizinha, teria desferido contra a Vítima diversos socos e chutes – e no **risco de reiteração delitiva** – em razão de sua reincidência –, a justificar a segregação cautelar para garantia da ordem pública, nos termos do que já decidido pela Sexta Turma desta Corte Superior nos autos do RHC n.º 110.874/PR.

No mais, a Corte de origem consignou que o *"fato de a instrução criminal ter sido encerrada não conduz, automaticamente, à soltura do réu, quando presente a necessidade de se garantir a ordem pública"* (fl. 221).

Conclui-se, assim, que o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no

presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Ouçá-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

